

# 7º CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM ARBITRAGEM

25 ECTS

12 DE JANEIRO A 2 DE JUNHO DE 2018  
FACULDADE DE DIREITO  
DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA  
[www.fd.unl.pt](http://www.fd.unl.pt)

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA: MARIANA FRANÇA GOUVEIA  
COORDENAÇÃO EXECUTIVA: SOFIA RIBEIRO MENDES



CUATRECASAS

Linklaters

MIRANDA

MORAIS LEITÃO  
GALVÃO TELES  
SOARES DA SILVA

PLMJ  
SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL



Sálveda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL



URÍA MENÉNDEZ  
PROENÇA DE CARVALHO



VIEIRA DE ALMEIDA  
& Associados sociedade de Advogados, RL





# SOBRE O CURSO

O Curso em Arbitragem, já na sua 7ª Edição, é uma referência nacional no ensino da arbitragem. Os últimos anos têm sido de desenvolvimento impressionante deste meio de resolução alternativa de litígios. Hoje, é competência essencial de um advogado de contencioso o conhecimento sobre a arbitragem doméstica e internacional. Baseado nas melhores práticas internacionais, com um corpo docente nacional e internacionalmente reconhecido, o Curso em Arbitragem é, sem dúvida, um enorme valor acrescentado no Currículo de um jurista.

## CANDIDATURAS

Candidaturas online e submissão dos seguintes documentos, através da plataforma digital disponível em <https://netpa.fd.unl.pt/cssnet/> :  
**CV e cópia do certificado de conclusão de licenciatura.**

Apresentação das candidaturas:

**20 de outubro a 22 de dezembro de 2017**

Afixação dos editais de colocação: **até 5 de janeiro 2018**

Reclamações: **de 5 a 10 de janeiro de 2018**

Taxa de candidatura: **51€**

## MATRÍCULAS E INSCRIÇÕES

Após publicação do edital de admissão, os alunos admitidos no Curso deverão formalizar a matrícula através da plataforma online disponível para esse efeito em [www.fd.unl.pt](http://www.fd.unl.pt), de **5 a 12 de janeiro de 2018**.

---

## HORÁRIO

Sextas-feiras das 17h às 20h

Sábados das 10h às 13h  
e das 14h30m às 17h30m

---

## AVALIAÇÃO

Simulação audiência final (15%): **5 de maio de 2018**

Exame final (50%): **30 de junho de 2018**

Entrega do trabalho escrito (35%): **1 de outubro de 2018**

---

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Divisão Académica, Faculdade de Direito da UNL

Telefone: **213 847 447**

E-mail: [pgmd@fd.unl.pt](mailto:pgmd@fd.unl.pt)



"A arbitragem tornou-se a primeira escolha na resolução de litígios internacionais e Portugal tem vindo a ganhar um lugar de relevo nesse campo. O Curso de Extensão Universitária em Arbitragem, coordenado pela Prof. Mariana França Gouveia, é uma ferramenta essencial para quem se dedica ou deseja dedicar-se à arbitragem pela qualidade, profundidade e diversidade do seu programa. É uma oportunidade única para aprender com formadores, nacionais e internacionais, com vasta experiência comprovada na área."

*Ana Serra e Moura, ICC Paris*



"Fui aluna da I Pós-Graduação em Arbitragem da FDUNL, faculdade onde também me licenciiei. A experiência de aprendizagem foi em tudo semelhante ao que já conhecia: num pequeno grupo de alunos, com muita proximidade dos docentes e um ambiente muito interventivo, dialético e informal, adquirir, de forma completa e aprofundada, os conhecimentos essenciais da realidade dogmática da arbitragem. Destacaria, principalmente, o privilégio de discutir (muito!) e aprofundar posições com um grupo excecional de discentes, com diferentes experiências académicas e profissionais, alargando o meu leque de contactos a pessoas que hoje são referências na comunidade arbitral nacional e internacional. Tenho hoje a honra de integrar os docentes convidados deste curso. Sem dúvida, uma aposta gratificante e imprescindível para quem queira dedicar-se a investigar ou trabalhar nesta área."

*Carla Gonçalves Borges,  
Associada Coordenadora da VdA, Lisboa*



"O curso destaca pela combinação notável entre as componentes teórica e prática da disciplina arbitral, tanto na perspectiva dos conteúdos científicos, como na do seu corpo docente, proporcionando uma experiência formativa de máxima qualidade e extremo interesse."

*Miguel de Almada, Sócio da MLGTS, Lisboa*

# TESTEMUNHOS



"International arbitration is the preferred method of resolving international commercial disputes and foreign investment disputes. Therefore, all lawyers practicing in an international business context -- whether as outside counsel, in-house counsel or government counsel -- should understand the policies and practices that underpin this important form of international dispute resolution."

*Gary Born, Advogado, WilmerHale, Londres*

---



"A arbitragem conheceu um enorme desenvolvimento em Portugal e no mundo nos últimos anos. Há cada vez mais casos, de dimensão cada vez maior e o número de profissionais envolvidos não pára também de crescer. É uma área profissional em que as práticas internacionais se têm vindo a impor mesmo em ambiente doméstico. Neste contexto, a formação específica é indispensável e o Curso de Extensão Universitária em Arbitragem uma oportunidade única para a adquirir. O Curso, inspirado nos melhores exemplos internacionais, tem uma fortíssima componente prática, contando com formadores com vastíssima experiência de litigância arbitral nacional e internacional, como advogados, como árbitros, como membros de instituições arbitrais. Recomendo vivamente a frequência do Curso a quem queira estar à altura do futuro da sua profissão."

*Mariana França Gouveia, Professora, FDUNL, Lisboa*

---



"A minha experiência como professor neste curso tem sido muito boa. O facto de ter alunos que, na sua maioria, estão integrados em departamentos de arbitragem de sociedades de advogados é muito estimulante. Por outro lado, é um grande desafio estar a leccionar sobre arbitragem internacional de investimentos, que é um tema apaixonante e que mobiliza as maiores sociedades de advogados mundiais e onde os académicos e advogados portugueses começam a dar os primeiros passos e a obter reconhecimento internacional."

*Tiago Duarte, Professor, FDUNL, Lisboa*



# 1ª UC INTRODUÇÃO À ARBITRAGEM E CONVENÇÃO ARBITRAL

3 ECTS

## 1. INTRODUÇÃO À ARBITRAGEM

3 HORAS – 12 DE JANEIRO

*Mariana França Gouveia e António Pinto Leite*

- 1.1.** A arbitragem enquanto meio de resolução alternativa de litígios. Características. Arbitragem necessária e arbitragem voluntária.
- 1.2.** Noção e natureza jurídica da arbitragem voluntária.
- 1.3.** Arbitragem doméstica e arbitragem internacional. Crescimento, principais diferenças e fundamentos jurídicos. Análise das suas vantagens e desvantagens.
- 1.4.** Arbitragem ad hoc e arbitragem institucional. Análise comparativa, vantagens e desvantagens.
- 1.5.** História legislativa da arbitragem: a LAV 86 e a génese da LAV 2011. A aplicação da lei no tempo.
- 1.6.** Análise geral do regime jurídico da arbitragem: convenção de arbitragem; constituição do tribunal arbitral; providências cautelares; processo arbitral; sentença arbitral; impugnação e execução da sentença arbitral; reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras.

## 2. A CONVENÇÃO ARBITRAL

9 HORAS – 13 E 26 DE JANEIRO

*Rui Pinto Duarte, Pedro Metello de Nápoles e Carla Gonçalves Borges*

- 2.1.** Noção e importância.
- 2.2.** Espécies: cláusula compromissória e compromisso arbitral.
- 2.3.** Requisitos formais e substanciais de validade da convenção arbitral.

**2.4.** A determinação da arbitrabilidade dos litígios (exemplos: direitos do consumidor, valores mobiliários, direitos de autor e direitos conexos, direito da concorrência).

**2.5.** Redação de cláusulas arbitrais: aspectos essenciais, problemas típicos, cautelas. As cláusulas modelo das várias instituições arbitrais. As IBA Guidelines on drafting International Arbitration Clauses

**2.6.** Eficácia da convenção arbitral (efeito positivo e negativo) e o princípio da “competência da competência” do tribunal arbitral (o princípio Kompetenz-kompetenz).

## 2ª UC

# O TRIBUNAL E PROCESSO ARBITRAL

6 ECTS

## 3. O TRIBUNAL ARBITRAL

6 HORAS – 27 DE JANEIRO

*José Miguel Júdice, Miguel de Almada  
e Pedro Sousa Uva*

**3.1.** Modos de designação e possíveis dificuldades.

**3.2.** A dimensão estratégica da escolha dos árbitros: considerações de natureza prática e de estratégia processual.

**3.3.** A intervenção dos tribunais estaduais no momento da constituição do tribunal arbitral.

**3.4.** O estatuto dos árbitros

**3.4.1.** Independência e imparcialidade, em especial as IBA Guidelines on Conflict of Interests in International Arbitration

**3.4.2.** Dever de diligência

**3.4.3.** Dever de revelação

**3.5.** Processo de recusa e substituição de árbitros designados. Impugnação judicial da decisão de manutenção do árbitro impugnado.

**3.6.** Responsabilidade dos árbitros e das instituições arbitrais.

## 4. O PROCESSO ARBITRAL

12 HORAS – 9 E 10 DE FEVEREIRO

*José Lebre de Freitas, Miguel Esperança Pina,  
Sofia Ribeiro Mendes, Bernardo Reis  
e Sofia Vaz Sampaio*

- 4.1.** Início da arbitragem e passos processuais.
- 4.2.** A autonomia do processo arbitral. Importância dos acordos e das decisões processuais.
- 4.3.** Princípios fundamentais e imperativos no processo arbitral.
- 4.4.** Organização do processo arbitral – elaboração de um regulamento processual/ata de instalação. As práticas mais comuns e as inovações da arbitragem doméstica, em especial os regulamentos de arbitragem rápida.
- 4.5.** As fases do processo arbitral.
- 4.6.** A produção de prova na arbitragem.
- 4.7.** A relação entre a lei processual aplicável e o regulamento de arbitragem escolhido pelas partes, em particular o Regulamento do Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial de Lisboa.

---

## PALESTRA ESPECIAL DE GARY BORN

23 DE FEVEREIRO

---

## 5. RELAÇÃO COM OS TRIBUNAIS ESTADUAIS NA PENDÊNCIA DO PROCESSO ARBITRAL

6 HORAS – 24 DE FEVEREIRO

*Teles Pereira, Sofia Martins e Filipe Rocha Vieira*

- 5.1.** Constituição do tribunal arbitral: nomeação do árbitro; impugnação da decisão de manutenção do árbitro.
- 5.2.** Impugnação da decisão interlocutória de competência.
- 5.3.** Redução de honorários de árbitro.
- 5.4.** Diligências de prova: inquirição de testemunhas; apresentação de documentos; inspeção.





# 3<sup>a</sup> UC

## MEDIDAS CAUTELARES, ARBITRAGENS COMPLEXAS E SENTENÇA ARBITRAL

5 ECTS

### 6. MEDIDAS CAUTELARES E A ARBITRAGEM

6 HORAS – 9 E 10 DE MARÇO

*Paula Costa e Silva, João Pimentel e Rute Alves*

- 6.1.** Da competência cautelar dos tribunais estaduais antes e depois da constituição do tribunal arbitral à luz do direito português. Competência concorrente com os tribunais judiciais.
- 6.2.** Providências cautelares e ordens preliminares.
- 6.3.** Tipologia, em especial a competência para decretar medidas de natureza executiva e as anti-suit injunctions (ordens de abstenção judicial).
- 6.4.** Requisitos para o decretamento de providências cautelares.
- 6.5.** Regime das ordens preliminares.
- 6.6.** Reconhecimento ou execução coerciva de providências cautelares.

### 7. AS “ARBITRAGENS COMPLEXAS”

6 HORAS – 10 E 23 DE MARÇO

*António Sampaio Caramelo, Jorge Morais  
Carvalho e António Pinto Monteiro*

- 7.1.** Arbitragens com pluralidade de partes (multi-party arbitrations).
- 7.2.** Arbitragens relativas a múltiplos contratos (multi-contract arbitrations).
- 7.3.** A extensão da convenção de arbitragem (i) *ratione materiae*, a outros litígios (que não aqueles diretamente visados); *ratione personae*, a outras partes (além daquelas que a subscreveram).

**7.4.** A intervenção de terceiros na arbitragem (joinder and intervention of third parties in arbitral proceedings).

**7.5.** Apensação de processos arbitrais (consolidation of arbitral proceedings).

## **8. A DECISÃO ARBITRAL – PROFERIMENTO E IMPUGNAÇÃO**

**6 HORAS – 24 DE MARÇO**

*Armindo Ribeiro Mendes, Tito Arantes Fontes  
e Joana Galvão Teles*

**8.1.** Tipos de decisão arbitral.

**8.2.** Regime das decisões interlocutórias.

**8.3.** Forma e conteúdo.

**8.4.** Critérios de decisão da questão de fundo: o direito, a decisão baseada na equidade e a composição amigável do litígio (amiable composition).

**8.5.** Rectificação e esclarecimento da sentença; sentença adicional.

**8.6.** Impugnação da decisão arbitral: recurso e a ação de anulação; fundamentos da ação de anulação; tramitação da ação de anulação; reenvio do processo ao tribunal arbitral e efeitos da anulação da sentença arbitral.

**8.7.** Execução da decisão arbitral.



# 4ª UC

## ARBITRAGEM INTERNACIONAL

8 ECTS

### 9. A ARBITRAGEM COMERCIAL INTERNACIONAL - DIREITO APLICÁVEL

6 HORAS – 6 E 7 DE ABRIL

*Maria Helena Brito, João Vilhena Valério  
e Raquel Galvão Silva*

- 9.1.** O conceito de arbitragem internacional: critérios, vantagens e desvantagens.
- 9.2.** Modos de determinação da lei substantiva aplicável. O problema da norma imperativa nacional e estrangeira. Os limites impostos pela ordem pública.
- 9.3.** Fontes do Direito do Comércio Internacional. lex mercatoria e os usos do comércio internacional.
- 9.4.** Em especial: compra e venda internacional e a Convenção de Viena sobre os Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias e os International Commercial Terms (ICC Incoterms).
- 9.5.** A lei aplicável ao processo arbitral.

### 10. A ARBITRAGEM COMERCIAL INTERNACIONAL - PROCESSO ARBITRAL

9 HORAS – 7, 20 E 21 DE ABRIL

*Eduardo Silva Romero, Mariana França Gouveia,  
Miguel Pinto Cardoso, Pacôme Ziegler,  
Filipe Vaz Pinto e Ana Serra e Moura*

- 10.1.** Os Regulamentos das instituições arbitrais mais relevantes, em especial CCI, LCIA, Swiss Chambers, ICDR e CAM-CCBC
- 10.2.** As ordens processuais e a calendarização do processo: as fases processuais mais relevantes



**10.3.** Os pleadings

**10.4.** As IBA Rules on Taking of Evidence in International Arbitration.

**10.5.** A fase de produção de documentos em poder da parte contrária (Redfern Schedule)

**10.6.** A audiência final, inquirição de testemunhas, em especial o cross-examination.

**10.7.** As alegações pós-audiência (post-hearing briefs)

**10.8.** A quantificação dos danos

## **11. A ARBITRAGEM COMERCIAL INTERNACIONAL - RECONHECIMENTO E EXECUÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA**

**3 HORAS – 21 DE ABRIL**

*Dário Moura Vicente e Filipa Cansado Carvalho*

**11.1.** Sentença arbitral estrangeira: reconhecimento e execução. A Convenção de Nova Iorque de 1958; o regime da LAV.

**11.2.** A ordem pública na arbitragem internacional: diferentes níveis e âmbito.

**11.3.** Em especial, a litispendência e o caso julgado na arbitragem internacional.

## **12. SIMULAÇÃO DE UMA AUDIÊNCIA ARBITRAL (Elemento de avaliação final)**

**6 HORAS – 5 DE MAIO**

*Soares Machado, Luís Cortes Martins,  
Pedro Siza Vieira, Rita Gouveia, André Navarro  
e Noronha, António Júdice Moreira  
e André Pereira da Fonseca*

Neste módulo os alunos participam numa simulação de uma audiência arbitral de acordo com um caso distribuído e discutido previamente. As prestações dos alunos são elemento de avaliação final, com uma ponderação de 15% na nota final.

# 13. ARBITRAGEM INTERNACIONAL DE PROTECÇÃO DE INVESTIMENTOS

6 HORAS – 18 E 19 DE MAIO

*Tiago Duarte e Cláudia Saavedra Pinto*

**13.1.** As origens da arbitragem de investimentos.  
A Convenção de Washington, o ICSID e os BIT (bilateral investment treaties).

**13.2.** A jurisdição dos tribunais arbitrais:

**13.2.1.** Ratione voluntatis (o consentimento do Estado e do investidor).

**13.2.2.** Ratione materiae (a definição do conceito de investimento, “umbrella clauses” e “MFN clauses”).

**13.2.3.** Ratione personae (a definição do conceito de investidor e a determinação da sua nacionalidade).

**13.2.4.** Ratione temporis (a entrada em vigor dos tratados de investimento e o momento do início do litígio).

**13.3.** Os Standards de Protecção dos investidores previstos nos BIT.

**13.4.** A anulação das sentenças arbitrais e a execução das sentenças, de acordo com a Convenção de Washington.

**13.5.** O futuro da arbitragem de investimentos (as críticas e as tentativas de reforma do sistema).



# 5ª UC

## ESPECIFICIDADES DA ARBITRAGEM

3 ETCS

### 14. ESPECIFICIDADES DA ARBITRAGEM NO DIREITO PÚBLICO

6 HORAS – 19 DE MAIO E 1 DE JUNHO

*Margarida Olazabal Cabral e Vera Eiró*

**14.1.** Admissibilidade do recurso à arbitragem.

**14.2.** Âmbito material dos litígios susceptíveis de resolução por via arbitral

**14.2.1.** Arbitragem ad hoc

**14.2.2.** Arbitragem institucional – centros de arbitragem

**14.2.3.** Exclusão de âmbito.

**14.3.** Competência para a outorga do compromisso arbitral.

**14.4.** O direito à outorga do compromisso arbitral – natureza e efeitos do seu exercício.

**14.5.** Constituição e funcionamento do tribunal arbitral.

**14.6.** A decisão arbitral

**14.7.** Contencioso da decisão arbitral.

### 15. SEMINÁRIOS SOBRE APLICAÇÕES ESPECÍFICAS DA ARBITRAGEM

6 HORAS – 2 DE JUNHO

*João Taborda da Gama, Tânia Carvalhais Pereira, Artur Flamínio da Silva, Joaquim Shearman de Macedo e Nuno Lousa*

**15.1.** A Arbitragem Tributária Institucionalizada

**15.1.1.** Âmbito de competência material dos tribunais arbitrais tributários

**15.1.2.** Pedido de constituição de tribunal arbitral e pedido de pronúncia arbitral



- 15.1.3.** Procedimento arbitral tributário
- 15.1.4.** Processo arbitral tributário
- 15.1.5.** Efeitos da sentença arbitral tributária
- 15.1.6.** Recurso e impugnação da sentença arbitral tributária
- 15.2.** A Arbitragem desportiva, em especial o Tribunal Arbitral do Desporto.
  - 15.2.1.** – As especificidades
  - 15.2.2.** – A arbitragem transnacional institucionalizada: o Tribunal Arbitral du Sport
  - 15.2.3.** – A arbitragem nacional institucionalizada: o Tribunal Arbitral do Desporto
    - 15.2.3.1.** – A arbitragem necessária
    - 15.2.3.2.** – O problema da constitucionalidade
    - 15.2.3.3.** – O âmbito material e o âmbito subjetivo
    - 15.2.3.4.** – O estatuto dos árbitros
    - 15.2.3.5.** – O processo arbitral, impugnação e recursos da sentença
    - 15.2.3.6.** – A arbitragem voluntária
- 15.3.** A arbitragem em propriedade industrial, em especial na área dos medicamentos (Lei 62/2011, de 14 de dezembro).

## FORMADORES

**ARTUR FLAMÍNIO DA SILVA**, Consultor, DGPJ  
**ANDRÉ NAVARRO DE NORONHA**, Advogado, Teles de Abreu  
**ANDRÉ PEREIRA DA FONSECA**, Advogado, Abreu  
**ANA SERRA E MOURA**, Secretária-Geral Adjunta, ICC, Paris  
**ANTÓNIO JÚDICE MOREIRA**, Advogado, PLMJ  
**ANTÓNIO PEDRO PINTO MONTEIRO**, Advogado, PLMJ  
**ANTÓNIO PINTO LEITE**, Presidente da APA, Advogado, MLGTS  
**ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO**, Advogado, MLGTS  
**ARMINDO RIBEIRO MENDES**, Advogado  
**BERNARDO REIS**, Advogado, Reis Malheiro  
**CARLA GONÇALVES BORGES**, Advogada, VdA  
**CLÁUDIA SAAVEDRA PINTO**, Advogada, Garrigues  
**DÁRIO MOURA VICENTE**, Professor FDL  
**EDUARDO SILVA ROMERO**, Advogado, Dechert, Paris  
**FILIPA CANSADO CARVALHO**, Advogada, PLMJ  
**FILIFE ROCHA VIEIRA**, Advogado, VdA  
**FILIFE VAZ PINTO**, Advogado, MLGTS  
**JOANA GALVÃO TELES**, Advogada, MLGTS  
**JOÃO PIMENTEL**, Advogado, CS Associados  
**JOÃO TABORDA GAMA**, Professor, UCP

**JOÃO VILHENA VALÉRIO**, Beechey Arbitration, Hong Kong  
**JOAQUIM SHEARMAN DE MACEDO**, Advogado, CSM Rui  
Pena & Arnaut  
**JORGE MORAIS CARVALHO**, Professor, FDUNL  
**JOSÉ LEBRE DE FREITAS**, Professor, FDUNL  
**JOSÉ MIGUEL JÚDICE**, Advogado, PLMJ  
**GARY BORN**, WilmerHale, Londres  
**LUÍS CORTES MARTINS**, Advogado, SLCM  
**MARGARIDA OLAZABAL CABRAL**, Advogada, MLGTS  
**MARIA HELENA BRITO**, Professora, FDUNL  
**MARIANA FRANÇA GOUVEIA**, Professora, FDNUL;  
Advogada, PLMJ  
**MIGUEL DE ALMADA**, Advogado, MLGTS  
**MIGUEL ESPERANÇA PINA**, Advogado, CuatreCasas  
**MIGUEL PINTO CARDOSO**, Advogado, VdA  
**NUNO LOUSA**, Advogado, Linklaters  
**PACÔME ZIEGLER**, Advogado, PLMJ  
**PAULA COSTA E SILVA**, Professora, FDUL  
**PEDRO METELLO DE NÁPOLES**, Advogado, PLMJ  
**PEDRO SOUSA UVA**, Advogado, PBBR  
**RAQUEL GALVÃO SILVA**, Advogada, Linklaters  
**RITA GOUVEIA**, Advogada, CuatreCasas  
**RUI PINTO DUARTE**, Advogado  
**RUTE ALVES**, Advogada, PLMJ  
**SOARES MACHADO**, Advogado, SRS  
**SOFIA MARTINS**, Advogada, Miranda  
**SOFIA RIBEIRO MENDES**, Advogada  
**SOFIA VAZ SAMPAIO**, Advogada, MLGTS  
**TÂNIA CARVALHAIS PEREIRA**, Jurista, CAAD  
**TIAGO DUARTE**, Professor, FDUNL; Advogado, PLMJ  
**TITO ARANTES FONTES**, Advogado, Uría Menendez  
**TELES PEREIRA**, Desembargador, Relação de Coimbra  
**VERA EIRÓ**, Professora, FDUNL; Advogada, Linklaters

## ARTIGO 1º

### OBJETO

O Curso de Extensão Universitária em Arbitragem tem por finalidade ministrar uma formação especializada, pós-licenciatura, em estudos e prática sobre Arbitragem.

## ARTIGO 2º

### DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO

1. O curso tem a duração de 96 horas letivas, sendo composto por 5 unidades curriculares (UC'S) 15 temas, com as designações, conteúdos e cargas horárias previstas no Anexo I.
2. As UC'S têm caráter teórico-prático adequado à natureza de cada matéria, podendo incluir exercícios práticos.

## ARTIGO 3º

### LUGAR E TEMPO DE REALIZAÇÃO

O curso tem lugar na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa no ano letivo de 2017/2018.

## ARTIGO 4º

### AVALIAÇÃO

1. Os participantes inscritos em todas as UC'S são avaliados pela realização de um exame, pela apresentação de um trabalho final e pela participação na simulação de uma audiência arbitral.
2. O exame realiza-se no dia 30 de junho de 2018
3. O trabalho final corresponde a um tema que se insira em, pelo menos, uma das UC'S, sendo previamente aprovado pela coordenadora científica.
4. O trabalho é apresentado até 1 de outubro de 2018.
5. A simulação realiza-se no dia 5 de maio de 2018.
6. A nota final resulta da ponderação das classificações do exame escrito ( 50%) e do trabalho (35%) e da participação na simulação de uma audiência arbitral ( 15%).

## ARTIGO 5º

### ECTS

Os participantes que concluírem todas as UC'S, com 80% de frequência, e que obtiverem nota final positiva obtêm 25 ECTS.



## ARTIGO 6º DIPLOMAS

1. Aos participantes inscritos em todas as UC'S, com 80% de frequência, e que obtiverem nota final positiva, é atribuído um diploma de curso de extensão universitária com a classificação final quantitativa (de 10 a 20 valores) para a qual corresponderá uma avaliação qualitativa (de suficiente, bom, muito bom ou excelente).
2. Aos outros participantes é atribuído um diploma de participação relativo às UC'S que frequentaram com, pelo menos, 80% de presença.
3. A admissão ao exame final ou a atribuição dos diplomas de frequência é condicionada ao pagamento da totalidade das propinas correspondentes a todas as UC'S frequentadas.
4. Os emolumentos a pagar constam da tabela de emolumentos da UNL, publicada no sítio da internet dos serviços académicos da faculdade.
5. O diploma será emitido no prazo de 5 dias úteis após ter sido pedido e será acompanhado do respetivo suplemento ao diploma.

## ARTIGO 7º DESTINATÁRIOS E SELEÇÃO

1. O curso destina-se a licenciados em Direito ou em outra área que se mostre adequada, em função da apreciação do curriculum vitae do candidato, competindo esta apreciação à Coordenadora.
2. O numerus clausus é de 30 participantes.
3. A Faculdade reserva-se o direito de não abrir o Curso por insuficiência de inscrições.

## ARTIGO 8º INSCRIÇÕES

1. Podem ser aceites inscrições para:
  - a) A totalidade das UC'S lecionadas;
  - b) UC'S individuais ou conjuntos de UC'S.
2. A inscrição no maior número de UC'S constitui fator de preferência na aceitação das inscrições.

## ARTIGO 9º HORÁRIO

1. O curso funciona em horário pós-laboral.
2. Horário de funcionamento:
  - Sexta-feira, das 17h às 20h;
  - Sábado, das 10h às 13h e das 14h30m às 17h30m.





## ARTIGO 10º

### PROPINAS

1. A propina do curso é de 1500€
2. As propinas das diversas UC'S são as seguintes:
  - 1ª UC – INTRODUÇÃO À ARBITRAGEM E CONVENÇÃO ARBITRAL  
3 ECTS - 180€
  - 2ª UC – O TRIBUNAL E PROCESSO ARBITRAL  
6 ECTS - 360€
  - 3ª UC – MEDIDAS CAUTELARES, ARBITRAGENS COMPLEXAS E SENTENÇA ARBITRAL  
5 ECTS - 300€
  - 4ª UC – ARBITRAGEM INTERNACIONAL  
8 ECTS - 480€
  - 5ª UC – ESPECIFICIDADES DA ARBITRAGEM  
3 ECTS - 180€
3. As propinas são pagas em duas mensalidades, sendo 50% pagos no ato da inscrição e os demais 50% até 45 dias após o início do Curso.
4. As propinas das UC'S individuais são pagas de uma só vez no ato da inscrição.
5. Os licenciados e mestres da FDUNL têm uma redução de 25% no valor das propinas.
6. Ao custo do curso acrescem outros emolumentos em vigor na tabela da UNL, nomeadamente:
  - Custos administrativos de inscrição 15€
  - Seguro escolar 3€;
  - Certificados final 50€.

## ARTIGO 11º

### INTEGRAÇÃO DE LACUNAS

Qualquer dúvida ou omissão suscitada pela aplicação do presente Regulamento é resolvida pela Coordenadora do Curso.

## CONTACTOS

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA  
Campus de Campolide  
1099-032 Lisboa  
Tel.: +351 213 847 400  
facebook.com/faculdadededireito.unl  
novadireito@fd.unl.pt | www.fd.unl.pt



 **ABREU**  
ADVOGADOS

**C/M'S**  
Law Tax



**CUATRECASAS**

**Linklaters**

**MIRANDA**  
Miranda Correia Karamitova & Associados

**MORAIS LEITÃO  
GALVÃO TELES  
SOARES DA SILVA**

**PLMJ**  
SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL

*Salvado*  
Salvado & Associados [Sociedade de Advogados, SP, RL]

**slcm.pt**  
SERRA LOPES CORREIA AMARAL & ADVOGADOS

**SS** FOCUS MATTERS  
ADVOGADOS

**URÍA MENÉNDEZ  
PROENÇA DE CARVALHO**

**VIEIRA DE ALMEIDA**  
& Associados sociedade de Advogados, RL